

## GLOBALIZAÇÃO E A RECONSTRUÇÃO DE UM NOVO CENÁRIO MUNDIAL

Adilson Carlos da Rocha  
Gilberto Francisco Ceretta  
Nilsa Maria Guarda Canterle  
Adriane Israel

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma abordagem sobre a globalização, suas consequências como a formação de blocos econômicos, o surgimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e as condições do Brasil neste novo cenário. Essa exposição está pautada em um ensaio teórico, onde se utilizou de um conjunto literaturas centrais sobre o tema. Os pressupostos teóricos evidenciam que o fenômeno da globalização ocorreu sob uma forma dinâmica de construção e reconstrução, tendo a expansão capitalista como o primeiro impulso para a busca de mercados mundiais, as inovações e o avanço tecnológico que provavelmente possibilitou essa expansão. A necessidade de expansão provocou a formação de blocos econômicos, fundamentado por sistemas de forças originalmente antagônicas: eliminar fronteiras, de um lado; preservá-las, de outro. Essa nova ordem global vem refletindo em potências e estruturas funcionais, formando os chamados BRICS. Nesse novo cenário o Brasil busca legitimidade da política doméstica e internacional para sua ambição de expansão do poder nacional em âmbito internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Globalização; Reconstrução; Blocos Econômicos.

### 1 INTRODUÇÃO

As transformações no ambiente global nas últimas décadas têm instigado um amplo debate sobre a possibilidade de constituição de uma nova ordem do cenário mundial. As discussões sobre a capacidade influente de nações e sobre a posição que ocupam hierarquicamente no ambiente internacional, além das discussões sobre hegemonia e polaridade dentro desse sistema, têm provocado uma diversidade de opiniões que evidenciam a transição do momento histórico contemporâneo.

Vivencia-se um novo cenário competitivo no qual a natureza fundamental da competição em vários setores e mercados globais está mudando. O ritmo dessas mudanças é implacável e continua em aceleração. Neste sentido definir limites de uma organização, de um setor ou de um mercado se tornou um desafio.

Neste cenário as fontes tradicionais de vantagem competitiva como as economias de escala e grandes verbas publicitárias não estão tendo eficácia quando eram tidas como certas. Os modelos mentais da administração tradicional dificilmente farão com que as empresas obtenham vantagem competitiva. As empresas devem buscar uma nova mentalidade que valorize a flexibilidade, velocidade, inovação, integração e os desafios que surgem como resultantes das relações complexas existentes (HITT, IRELAND e HOSKISSON, 2010).



Esse momento contemporâneo está sendo caracterizado por grandes mudanças, no qual as organizações estão suscetíveis a qualquer influência de acontecimentos ocorridos no âmbito global, sejam eles de cunho políticos, econômicos, ou culturais.

Diante do exposto este artigo tem como objetivo fazer uma abordagem sobre a globalização, suas consequências como a formação de blocos econômicos, o surgimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e as condições do Brasil neste novo cenário.

## **2 GLOBALIZAÇÃO**

O termo globalização tem sido um dos mais utilizados na atualidade e está em evidência nos mais diversos lugares, sendo rogado por lideranças políticas, e empresariais, pelo meio acadêmico e principalmente por toda a mídia. Esse termo tornou-se um termo genérico e conveniente a ser utilizado para referenciar praticamente todos os tipos de ocorrências, tanto boas quanto ruins, enfrentadas pela sociedade moderna.

A globalização se transformou rapidamente em um lema, uma espécie de senha capaz de abrir as portas de todos os aspectos presentes e futuros. Para alguns a globalização é o que deve ser buscado para chegar ao sucesso, para outros, é a causa do fracasso. Para todos, porém é o destino irremediável do mundo, sendo um processo irreversível. É também um processo que afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Todos estão sendo “globalizados” e isso significa basicamente o mesmo para todos (BAUMAN, 1999).

Para Dicken (2010) há uma formação interessante na conscientização e atitudes relacionadas à globalização, que nas últimas décadas se concretizou no conhecimento popular, mesmo sendo um conceito com sua gênese nos século XIX, principalmente com as ideias de Karl Marx entre outros pensadores. Transformou-se em um termo genérico empregado para contextualizar todos os tipos de acontecimentos em ambientes políticos, sociais, econômicos e culturais no mundo.

O impacto da globalização foi um traço marcante na transição para a modernidade, teve um efeito politizante, pois todos os atores e organizações, em todos os domínios da sociedade, precisaram lidar com os paradoxos e as exigências da globalização e com a sua dinâmica que alterou todos os antigos fundamentos do paradigma dominante (BECK, 1999).



Beck (1999) fez também o seguinte questionamento: Por que a globalização significa politização? Na percepção do autor o surgimento da globalização permitiu às empresas e suas associações a reconquista e pleno domínio do poder de negociação que havia sido politicamente domesticado pelo Estado do bem-estar social capitalista organizado em bases democráticas.

Segundo Dicken (2010) o mundo existente é composto e transformado por uma complexidade de processos inter-relacionados e interdependentes e não como forças isoladas. Neste sentido os ambientes estão totalmente abertos e interligados principalmente em termos de circuitos e redes produtivas, configurando então em uma multiplicidade de escalas geográficas tanto no âmbito local quanto global.

Com a globalização a expansão internacional das organizações não aconteceu de forma alheia aos Estados, no qual os governos tomam decisões voltadas às políticas internacionais corroborando com as organizações internacionais. Essas decisões políticas podem tanto beneficiar quanto prejudicar as ações organizacionais.

No Brasil a determinação para democratizar a globalização acrescentou novas facetas para políticas estrangeiras: o reforço do papel do Estado como um negociador internacional; defesa soberana dos interesses nacionais, incluindo um grande negócio no âmbito do processo de ser globalizado; alianças com países emergentes com objetivos idênticos, começando com aqueles da América do Sul e de forma aberta com os países mais desenvolvidos (CERVO, 2010).

O fenômeno da globalização ocorreu sob uma forma dinâmica de construção e reconstrução. Tendo a expansão capitalista como o primeiro impulso para a busca de mercados mundiais, as inovações e o avanço tecnológico que provavelmente possibilitou essa expansão.

Tanto os prós quanto os antiglobalistas associam a globalização como “a norma da enormidade” e profetizam que conforme os mercados se tornam mais integrados, a maior parte dos setores da economia são dominados por um pequeno número de concorrentes de forma a provocar a concentração dos mercados. Ghemawat (2012) relata que pesquisas com gerentes antes da crise financeira de 2008 indicaram que 58% dos gestores acreditam que a globalização torna os setores mais concentrados e 64% destes tem a concepção que uma empresa global deveria competir em todo o mundo.



Ghemawat (2012) em sua obra “Mundo 3.0” procura desmitificar essas manifestações destacando que estas são tendências da chamada “globaboseira”, e não visualiza evidências claras de que a globalização causa crescentes níveis de concentração. O autor justifica sua posição baseando-se em pesquisas empíricas realizadas nos principais setores de mercado mundial. Na maioria das situações, a globalização parece promover mais concorrência, ao invés de maior concentração nos mercados.

Para Hitt, Ireland e Hoskisson (2008) a globalização é a interdependência cada vez maior entre as nações e suas organizações, de acordo com o resultado do fluxo de bens e serviços, capital financeiro e conhecimento através das suas fronteiras. A globalização é o produto de uma gama de organizações que competem entre si em um número cada vez maior de mercados globais.

O fenômeno da globalização envolve várias dimensões, entre estas, a ambiental, cultural, econômica, política e social. Junto com a globalização, surge um conjunto de premissas e preocupações em escala mundial que envolve cada uma dessas dimensões (GHEMAWAT 2012).

A globalização pode significar uma onda de oportunidades, da mesma forma que pode representar um oceano de ameaças. Da mesma forma que se pode ter como benefício a ampliação do mercado de uma pequena região para o mundo todo, as ameaças poderão vir de todas as partes do mundo. Um pequeno exemplo disso é ameaça vinda da China ou da Índia e seus baixíssimos preços, proporcionados por fatores como a ditadura que força o reduzido preço da sua mão de obra.

Esse movimento foi viabilizado por uma dupla via de forma aparentemente contraditória: de um lado, pela desregionalização com a quebra de barreiras comerciais entre as nações e, de outro lado, pela regionalização com a formação de blocos econômicos regionalizados.

### **3 BLOCOS ECONÔMICOS**

Com o fim da segunda grande guerra houve um período caracterizado por uma bipolarização mundial. De um lado os países capitalistas liderados pelos EUA e de outro lado os países comunistas liderados pela então URSS. Foi um período caracterizado pela “guerra fria” que era uma disputa não armada e não declarada entre as duas grandes potências. Essa bipolaridade teve a atenção mundial por mais



de quatro décadas e influenciou as economias mundiais até o momento da queda do muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, considerado um marco para a história mundial.

No período entre 1989 a 1992 ocorreram eventos em um efeito dominó que resultaram na proclamação de independência de vários países do leste europeu que até então estavam sob a proteção regime comunista. Com a queda desse regime, houve uma nova redistribuição das influências pelo mundo. Com o principal objetivo de proteger interesses comuns iniciou-se a formação de blocos econômicos.

De acordo com Gomes (2005) a busca pela integração entre os países tem as mais variadas causas: econômicas, pacíficas, sociais, culturais entre outras. A justificativa para o anseio integracionista são em princípio razões econômicas que levam os Estados a procurarem melhor inserção nos mercados globais, com objetivo de ser mais competitivo com os demais países ou outros blocos econômicos.

É possível entender que a integração econômica via a formação de blocos regionais, surgiu como uma estratégia dos países objetivando proteger-se de aspectos negativos da globalização. Acreditando que ampliação de um espaço econômico integrado poderia ser uma alternativa, não para bloquear a globalização, mas para que os países buscassem formas ordenadas, observando a sua especificidade e pluralidade econômica, social e cultural, aumentando assim as chances de diminuir a exclusão e projetar os setores já desenvolvidos.

Neste contexto o processo de formação de blocos aconteceu fundamentado por sistemas de forças originalmente antagônicas: eliminar fronteiras, de um lado; preservá-las, de outro. Depois da formação do Mercado Comum Europeu, ou União Europeia, em 1993, outros blocos se constituíram cada qual reunindo um conjunto de países territorialmente próximos entre si.

De acordo com Gomes (2005) o aspecto político é o elemento primordial em um processo de integração, pois sempre antecede a um ideal, buscando políticas em conjunto com a finalidade de obter maior desenvolvimento, quer sob o aspecto econômico, social ou cultural. Quanto maior os ideais políticos, maior será o grau de desenvolvimento que poderá ser alcançado.

O mesmo autor corrobora essa afirmação citando dois exemplos conforme demonstrados no quadro seguinte:



Bloco Econômico	Objetivo – Finalidade
NAFTA Tratado Norte-Americano de Livre Comércio	Finalidades eminentemente comerciais não desenvolveram a integração dos países, nem tampouco tem vontade política de abranger outros fatores. Nesse bloco econômico, a vontade política dos Estados é pequena e não há a intenção de proceder a um aprofundamento da integração. Os benefícios são eminentemente econômicos. Devido a falta de integração mais profunda, o bloco econômico se encontra no estágio de zona de livre comércio.
UE - União Europeia	Sua formação inicial teve finalidades econômicas e pacíficas para evitar novos conflitos de ordem continental e mundial. O processo integracionista em decorrência da vontade política de seus Estados membros ampliou através de órgãos comunitários, políticas nas mais variadas áreas de interesse – sociais, ambientais, de segurança, jurisdicionais – neste processo de integração, os benefícios, não se resumem aos aspectos econômicos, mas igualmente revertem em favor da sociedade, a qual deve ser a maior beneficiária em qualquer processo de integração.

QUADRO 1 – Exemplo de aspectos políticos na formação de Bloco Econômicos

FONTE: Adaptado de Gomes (2005, p. 34).

O relacionamento regional ou global parece estar presente na tendência dos países buscarem acordos de mercado entre si, de forma que pertencer a um bloco representa para um país ter acesso ao mercado de um bloco aliado. Em síntese, mais que a transposição de fronteiras, o sistema de blocos ao estabelecer certas relações privilegiadas entre si, pode favorecer a acumulação em escala nacional e conseqüentemente em fortalecer os agentes para enfrentar a concorrência internacional.

Atualmente os principais blocos econômicos formados são: NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio; UE - União Europeia; ALCA - Área de Livre Comércio das Américas; CAN - Comunidade Andina; ALADI - Associação Latino-Americana de Integração; MERCOSUL - Mercado Comum do Sul; ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático e ECOWAS – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

Diante do exposto pode ser observado que as economias mundiais estão alicerçadas em blocos. No entanto, na última década é notório o desgaste da imagem da principal e grande potência econômica mundial, os Estados Unidos da América, principalmente no ambiente político, e o simultâneo fortalecimento, por meio de novos arranjos estratégicos associados a elevadas taxas de crescimento econômico, de economias emergentes procedentes do chamado mundo em desenvolvimento.



Frente a este processo Moreira Junior (2012) destaca o declínio relativo do Estado Norte-Americano, e chama a atenção para países como China, Rússia, Índia e Brasil, despontam como principais economias emergentes e buscam mecanismos para estabelecer novas formas de inserção internacional, criando espaços de atuação diferenciados cada vez mais consistentes dentro da dinâmica das relações internacionais contemporâneas.

A formação de blocos econômicos acabou incentivando, de um lado, o desenvolvimento de mecanismos regionais e, de outro, a formatação de alianças entre grupamentos regionais, tendo como objetivo a disputa pelo poder internacional. Essa formação objetivou também ter como fonte de vantagem competitiva em negociações com outros mercados.

#### **4 O SURGIMENTO E A INFLUÊNCIA DOS BRICS**

O acrônimo BRICS foi usado inicialmente para identificar economias emergentes com grandes dimensões geográficas e demográficas. Atualmente tem se convertido na prática numa categoria de análise, na qual esses países passaram a ser considerados não mais apenas como outros países em desenvolvimento, mas como candidatos a desempenhar um papel de crescente importância no cenário global.

A influência dominante norte-americana passou de seu auge e Segundo Armijo (2007) o século XXI será composto por um sistema internacional mais multipolar onde cinco novos polos estão emergindo e se tornando conhecidos nos negócios internacionais, são os denominados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Armijo (2007) em seu trabalho sugere que com os BRICS a economia mundial será um conjunto analiticamente viável e que a economia desses países terá grande impacto no novo arranjo global e, portanto, deve ser importante, como mercados, destinos de investimento, e concorrência.

Esses países têm um significado importante dentro de um novo quadro de ciência política. No contexto de um liberalismo institucional, os BRICS passam a ser um conjunto atraente e acabará recebendo a atenção das ainda grandes potências econômicas como os Estados Unidos da América, Europa Ocidental e Japão.

Embora não sejam nem as mesmas forças, nem mesmos desafios de desenvolvimento semelhantes em todo o grupo dos cinco países que compõem os





BRICS, devem ser vistos como um conjunto, porque eles têm um tipo semelhante de influência, ou equivalentes implicações para o sistema político internacional ou econômico (ARMIJO, 2007).

De acordo com Flames (2010) a atual ordem global vem refletindo essa mistura de grandes potências e estruturas multirregionais, sendo constituída, de um lado, pela União Europeia (UE) como uma região relativamente funcional e, por outro lado, de muitas grandes potências sem regiões funcionais, como são os Estado Unidos, a China, a Rússia e a Índia.

Em comparação, o Brasil é econômico, político e culturalmente muito mais interligado à sua região. O país também fornece bens coletivos de relativa estabilidade e segurança, bem como infraestrutura regional, considerando que a China, Rússia e Índia são vistos como potenciais ameaças por parte de alguns dos seus vizinhos regionais.

Essa nova ordem global tem chamado a atenção do mundo principalmente quanto ao fluxo dos mercados financeiro e de recursos materiais. Estudos como o realizado por Abuja et al (2011) com objetivo de identificar os setores mais atrativos para investimento dos BRICS considerando a relação risco-retorno e geração de valor, constataram que os setores mais atrativos na perspectiva de risco-retorno seriam óleo e gás na Rússia e mineração no Brasil, Índia e China, enquanto aqueles com menor atratividade seriam os setores têxtil, motores, máquinas e ferramentas e telecomunicações no Brasil.

Outro estudo realizado por Santos e Coelho (2010) teve como objetivo analisar se a formação de carteiras de investimentos compostas por ativos internacionais poderia proporcionar relações de risco e retorno mais vantajosas para o investidor nos BRICS e paralelamente, analisou-se o estágio de integração entre as economias dos países selecionados por meio do modelo denominado Nível de Globalização Restrita (NGR).

A pesquisa foi aplicada em dois períodos: 1996 a 2000, quando se intensificava a abertura de importantes mercados emergentes, e de 2003 a 2007 para a comparação dos resultados. Os achados empíricos do referido estudo sugerem que o investidor obteria melhores resultados, caso optasse por carteiras compostas pelos índices do mercado acionário dos Estados Unidos e dos países integrantes dos BRICS. A adição desses ativos na carteira geraria menor exposição de risco por unidade de retorno. Por outro lado, embora tenha aumentado o nível de





globalização entre os mercados no período mais recente da pesquisa (2003-2007), constatou-se a necessidade de maior integração entre as economias dos países selecionados.

Quanto à competitividade dos países que compõem os BRICS, o Índice de Competitividade Global, elaborado pelo *World Economic Forum*, concedeu o modelo da classificação em relação à competitividade, no qual são considerados vários fatores como: efetividade das instituições públicas, qualidade da mão de obra, eficiência dos mercados, favorecimento à inovação, entre outros. O Brasil foi classificado na posição em 56º lugar. Uma breve comparação com outros países que compõem os BRICS pode ser observada no gráfico seguinte:

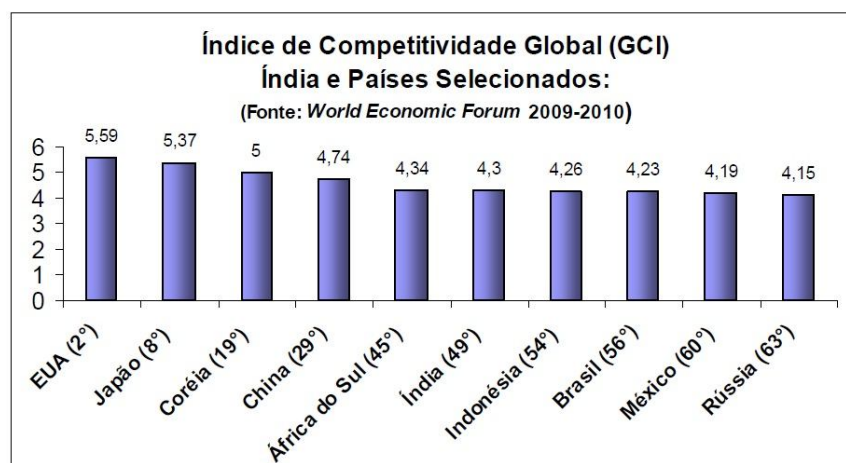


GRAFICO 1 – ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE GLOBAL  
FONTE: *The Global Competitiveness Report 2009-2010*.

De acordo com novo relatório emitido pelo *World Economic Forum*, o Brasil foi classificado em 58º em competitividade no âmbito mundial. No quadro 2 estão dispostas a classificação dos BRICS de acordo com o *Global Competitiveness Report 2011-2012*.

País	Classificação
China	13º
Índia	51º
África do Sul	54º
Brasil	58º
Rússia	63º

QUADRO 2 – ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE GLOBAL  
FONTE: *The Global Competitiveness Report 2011-2012*.

No entanto os interesses dos países que compõem os BRICS parecem não ser somente uma questão econômica. Flames (2010) observou que o mais importante interesse comum dos países BRICS é sua demanda por uma maior representação e voz nas instituições internacionais, incluindo as designações dos dirigentes destas instituições com base em méritos e de forma transparente.

Na opinião do autor os BRICS estão longe de ser uma entidade política. A iniciativa dos BRICS é ser um grupo informal entre os foros internacionais, no qual tem como principal objetivo intercambiar seus pontos de vista e buscar acordos em comum e defender suas posições.

Segundo Moreira Junior (2012) a participação do Brasil em grupos como os BRICS pode ser identificada como intenção da busca por uma nova forma de inserção no cenário global. Sem apresentar rupturas significativas com seus paradigmas históricos, a política externa do Brasil no século XXI não deixa de dar a atenção devida às tradicionais parcerias.

## **5 O BRASIL NO ATUAL CONTEXTO INTERNACIONAL**

A partir do ano de 1990 a ordem internacional passou por significativas mudanças que permitiram a política externa brasileira mitigar os efeitos interno da ordem estabelecida pelos outros países ao mesmo tempo em que participa ativamente na formulação de uma nova ordem.

A democratização da globalização tornou-se motivação da política externa brasileira. Nesse escopo o governo brasileiro manteve como objetivo formular e programar a política externa brasileira como política de Estado, mas também aprofundou a estratégia logística de inserção do Brasil no cenário internacional (CERVO, 2010).

De acordo com Flames (2010) o Brasil parece não estar disposto, ao contrário das potências europeias, a construir instituições regionais democráticas e representativas, incluindo processos participativos de tomada de decisão. Percebe-se então, que o Brasil está numa encruzilhada e pode prosseguir ativamente suas estratégias globais com ou sem a sua região.

Observa o autor que ao contrário dos Estados Unidos, UE ou China, não se pode esperar que o Brasil venha tornar-se uma potência dominante em qualquer futura ordem global, principalmente em função à sua escassez de recursos



materiais. Grandes potências são países que, por meio de sua grande força econômica, política e militar, têm a capacidade de exercer poder em âmbito global (FLAMES, 2010).

Segundo Cervo (2010) o neoliberalismo teve efeitos tanto negativos e positivos sobre as relações internacionais do Brasil. Os efeitos adversos incluíram abertura unilateral do mercado consumidor interno, o déficit do comércio exterior, endividamento externo, venda de ativos de empresas brasileiras, a apresentação de consensos e conselhos a partir do centro do capitalismo, a obediência às regras de governança global estabelecida pelos países “ricos” ao seu benefício próprio, e o sacrifício de relações com os países “emergentes” em favor do primeiro mundo, enfim, a perda de poder de um país no cenário internacional.

Contudo, no Brasil a partir do ano de 2002 foram realizados esforços para restaurar as políticas industriais e tecnológicas. Os Ministérios de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Fazenda e do Planejamento elaboraram um roteiro para uma agenda de desenvolvimento. Esse esforço esteve baseado na priorização de três políticas públicas principais: (i) o crescimento e expansão do sistema de infraestrutura nacional; (ii) o crescimento eficiente do setor produtivo, em especial o de bens comerciáveis; e (iii) a inovação da capacidade das empresas com maior orientação à exportação. Outros esforços tentam impulsionar a promoção de parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas, incentivando inovação em ciência e tecnologia (MORREIRA JUNIOR, 2012).

De acordo com o referido autor ao tentar avançar de maneira constante na integração física, política, econômica da América do Sul, e propor um rol de políticas de desenvolvimento aos países do eixo Sul, o Brasil busca legitimidade da política doméstica e internacional para sua ambição de expansão do poder nacional em âmbito internacional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ordem internacional no início do novo milênio está em um estado de efervescência envolvendo seus atores e poderes. O neoliberalismo tem diminuído a periferia e colocou-se ao serviço da União Europeia e dos Estados Unidos da América, o que reforçou sua aliança política, geopolítica e econômica e resistiu à regulação das atividades econômicas, a raiz da crise 2008/09.



A economia global parece estar mais complexa do que algumas décadas passadas na qual a trajetória de crescimento econômico mundial tornou-se cada vez mais volátil com alguns surtos de crescimento econômico, interrompidos por períodos de desaceleração e em alguns casos de recessão, que caracteriza que as mudanças globais na atividade econômica de forma extremamente irregulares.

Segundo Hitt, Ireland e Hoskisson (2008) na “marcha” da globalização existem três categorias de tendências e condições de influência que são: a difusão de tecnologia e tecnologias destrutivas; a era da informação e uma intensidade cada vez maior de conhecimento, por meio das quais a tecnologia provoca mudanças significativas e contribuindo para ambientes competitivos cada vez mais instáveis e complexos.

Essa economia pode ser descrita como “um mosaico de desigualdades em um estado contínuo de fluxo. Entretanto, esse mosaico é formado por processos que operam e se manifestam em escalas espaciais diferentes, mas inter-relacionadas” (DICKEN, 2010, p. 88).

Em se tratando de Brasil, a impressão é que está avançando atualmente para se tornar um país globalizado. Mas o seu modo de integração na cena internacional difere de outros países globalizados, tendo como diretrizes livres de tratados de comércio e uma economia baseada em exportações primárias, ou seja, ainda na concepção neoliberal de décadas passadas.

O Brasil tem adotado o modelo industrial globalizado, caracterizado neste estágio de maturidade do processo de desenvolvimento por duas características essenciais, recíprocos de multilateralismo e internacionalização da economia (CERVO, 2010).

Nesse processo de globalização as principais questões que dividem o cenário atual parecem não ser mais de natureza ideológica e nem de ordem técnica, uma vez que parece haver razoável consenso e colaboração entre a ciência e pesquisadores de todo o mundo em torno das principais fronteiras a desafiar o conhecimento humano nos mais diversos campos do conhecimento.

Embora as iniciativas integracionistas existentes, a globalização ainda guarda em si muita controvérsia, ainda que as condições de hoje relacionadas à comunicação sejam muito mais favoráveis, a desregulamentação e a remoção de barreiras. O planejamento de condições apropriadas para uma competitividade das



empresas avança lentamente, diferentemente da circulação do capital que circula muito mais intensamente a nível global.

Os principais desafios e dilemas estão em torno das prioridades políticas e das políticas econômicas alternativas que se dispõem, através de escolhas na busca de soluções a antigos problemas que afligem o mundo, como a fome, o desemprego, a saúde, a educação, a segurança e o bem estar.

## REFERÊNCIAS

- ALBUJA, C. D.; GARCIA, F. G.; MOREIRAS, L. M. F. Onde investir nos BRICS? Uma análise sob o prisma da organização industrial. **Revista de Administração de Empresas** [online]. 2011, v. 51, n.4, p. 349-369.
- ARMIJO, L. E.. The BRICS countries (Brazil, Russia, India, and China) as analytical category: mirage or insight? **Asian Perspective**, v. 31, n. 4, 2007, p. 7-42.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECK, U. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas a globalização. Trad. Andre Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERVO, A. L. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the world. **Revista Brasileira de Políticas Internacionais**. n. 53, Special Edition, 7-32, 2010.
- DICKEN, P. **Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- FLEMES, D. O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança? **Revista Brasileira de Políticas Internacionais**. n. 53, p. 141-156, 2010.
- GHEMAWAT, P. **Mundo 3.0: como alcançar a prosperidade global**. Porto Alegre: Bookman, 2012
- GOMES, E. B. **Blocos econômicos e solução de controvérsias: uma análise comparativa a partir da União Europeia e Mercosul**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.
- HITT, M., A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração Estratégica: competitividade e globalização**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- MOREIRA JUNIOR, H. Os BRICS e a recomposição da ordem global: estratégias de inserção internacional das potências emergentes. **Revista Conjuntura Austral**, v. 3, n. p. 71-89, 2012.
- SANTOS, J. O.; COELHO, P. A. Análise da relação risco e retorno em carteiras compostas por índices de bolsa de valores de países desenvolvidos e de países emergentes integrantes do bloco econômico BRICS. **Revista de Contabilidade e Finanças** [online]. 2010, v. 21, n. 54, p. 23-37.
- WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Competitiveness Report 2009-2010**. Disponível em <<http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global%20Competitiveness%20Report/index.htm>>. Acesso em: 10 Abr. 2012.



WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Competitiveness Report 2011–2012**.  
Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-2011-2012/>>.  
Acesso em 17 Abr. 2012.

